

CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-TO 2018

Prova Discursiva

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se este caderno contém seis questões, sendo cinco questões discursivas e um enunciado para elaboração de peça prática.
2. Caso haja algum problema de impressão ou falta de página solicite ao aplicador a substituição deste caderno, até 15 minutos após o início da prova
3. Será permitida, na prova discursiva, a consulta à legislação “seca”, não comentada ou anotada.
4. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
5. Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação, que será feita no decorrer da prova, à transcrição dos textos para a folha de texto definitiva e à conferência do material de consulta.
6. A folha de texto definitiva será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
7. A folha de texto definitiva da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado nem conter, em outro local que não apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova discursiva.
8. A folha de texto definitiva não será substituída por erro do candidato.
9. Fica vedada a utilização de quaisquer tipos de obras, manuais, apostilas, cadernos, revistas, resumos que contenham comentários, formulários, modelos, anotações ou questões.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno ou na folha de texto definitiva, poderá implicar na anulação da prova do candidato e eliminação.
11. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe será mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, iPad, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc.; relógios, óculos escuros, protetor auricular ou similar, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha e(ou) qualquer tipo de carteira ou bolsa; quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; e ainda qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.

Nome: _____
RG: _____

ATENÇÃO:
Após a prova você **NÃO** poderá levar
este caderno de prova.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA:

QUATRO HORAS

QUESTÃO 01

Caso hipotético. O Prefeito do Município de Palmas apresenta à Câmara de Vereadores Projeto de Lei Orçamentária para o ano subsequente, no qual consta, no Quadro 11, uma receita total (formada de impostos municipais e repasses do Estado e da União) de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) e um total de despesas de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na área de educação, chamada no Projeto de Lei Orçamentária de “Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino”. Determinado Vereador propõe Emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, elevando as despesas com educação para R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) sem ter indicado a origem dos recursos necessários à ampliação das despesas. Considerando-se as normas da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Palmas, pergunta-se: na qualidade de Procurador da Câmara Municipal como você se manifestaria acerca da possibilidade jurídica da Emenda proposta pelo Vereador e qual a sua sugestão para o caso em análise?

Elementos da Resposta:

Quanto à possibilidade jurídica, espera-se que o candidato traga os seguintes elementos:

- a.1) O Projeto de Lei Orçamentária Anual é de iniciativa exclusiva do Executivo. **(1,0 ponto)**
Lei Orgânica Art. 44 - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos:
I - de iniciativa exclusiva do Prefeito;
- a.2) São cabíveis emendas aos projetos de iniciativa do executivo dentro dos limites estabelecidos pela CF e pela Lei Orgânica do Município; **(2,0 pontos)**
- a.3) Não são cabíveis emendas que prevejam aumento de despesas em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, nos termos do artigo 63, inciso I combinado com o parágrafo 3º do artigo 166 da Constituição Federal. **(3,0 pontos)**

Quanto à sugestão, espera-se que o candidato se manifeste propondo que a Emenda disponha sobre um valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para ajustar o Projeto de Lei Orçamentária Anual à 25% da receita, nos termos do artigo 170 da Lei Orgânica do Município de Palmas. **(4,0 pontos)**

Art. 170 – O orçamento anual do Município deverá prever aplicação de, pelo menos, vinte e cinco por cento da receita de impostos, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, preferencialmente no pré-escolar e fundamental.

QUESTÃO 02

Discorra sobre a aquisição de bens imóveis pelo Município, citando as formas, os requisitos e a necessidade do registro no Cartório de Imóveis.

Elementos de Resposta:

Quanto às Formas, espera-se do candidato que ele cite:

a) compra; b) permuta; c) doação; d) dação em pagamento; e) desapropriação; f) adjudicação em processo judicial; g) destinação de áreas públicas nos loteamentos (Lei 6.766/1979); h) concessão de domínio de terras devolutas; i) usucapião; j) preempção; k) consórcios imobiliários. **(3,3 pontos, sendo 0,3 para cada forma citada).**

Quanto aos Requisitos para a aquisição, espera-se do candidato que ele cite:

a) para as aquisições onerosas são necessárias:

a.1) Lei Municipal autorizativa; **(1,0 ponto).**

a.2) avaliação prévia; **(1,0 ponto).**

a.3) licitação, sendo dispensável, se o imóvel escolhido for, justificadamente, o único que interessa à Administração Pública, pelas suas características e localização; **(1,0 ponto).**

b) para as aquisições a título gratuito não exigem requisitos típicos do Direito Administrativo **(0,7 ponto).**

Quanto ao Registro, espera-se que o candidato se manifeste da seguinte forma:

a) os bens municipais de uso especial e os dominicais, estes disponíveis, serão registrados naturalmente em suas circunscrições. **(1,5 ponto).**

b) os bens de uso comum do povo (como vias e logradouros públicos) não necessitam de registro **(1,5 ponto)**, apesar dos poucos entendimentos doutrinários em sentido contrário e que não são observados na prática.

QUESTÃO 03

Servidor da Câmara Municipal de Palmas teve depositado em sua conta, um valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) a título de diária, para custeio de alimentação, hospedagem e transporte para assistir a um Curso, com carga de 6h, ministrado em um único dia no Município de Porto Nacional. Apesar de ter prestado as contas na forma regulamentar, a Câmara Municipal e o Ministério Público recebem representação e comprovação de que o servidor na data e horário do Curso encontrava-se num “Café” em um Shopping desta Capital Estadual. Na esfera administrativa, a Comissão Sindicante nomeada para a apuração dos fatos, observa que o servidor, até o momento, não possui nenhuma sanção administrativa em seus registros funcionais e, por tratar-se de pequeno valor, manifesta-se pelo arquivamento da sindicância, entendimento acompanhado pela autoridade julgadora. Paralelamente, o Judiciário aceita “denúncia” proposta pelo Ministério Público por crime de “peculato”. Pergunta-se: o resultado da decisão administrativa e a alegação do princípio da insignificância por sí só poderão levar à absolvição do réu nesse caso? Explique.

Elementos de Resposta:

Quanto à vinculação das esferas Administrativa e Judicial, espera-se que o candidato se manifeste explicando que as esferas, no caso em análise, são independentes; **(3,0 pontos)**.

Quanto ao princípio da insignificância, espera-se que o candidato explique que, nos termos da Súmula 599 do STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública. **(7,0 pontos)**.

QUESTÃO 04

Caso hipotético. No ano de 2015, a empresa “Conservare Ltda.” venceu licitação realizada pela Câmara Municipal de Palmas para prestar serviços de conservação e limpeza, sendo que o início do contrato e a execução dos serviços começaram em janeiro de 2016. Quanto à fiscalização das obrigações legais pertinentes à Lei de Licitações, esta foi realizada pelo órgão próprio da Câmara Municipal e registrada em documentação específica. Conforme definido em cláusula contratual, a fiscalização do horário e a organização dos turnos e das equipes que prestariam os serviços ficariam sob a responsabilidade da empresa vencedora. Em março de 2017, Maria das Dores que trabalhava na limpeza, ajuizou reclamação trabalhista em face da Câmara Municipal de Palmas, pleiteando o reconhecimento da relação de emprego e o pagamento das obrigações trabalhistas que não foram adimplidas pela empresa “Conservare Ltda”. Diante desse caso, explique quais as matérias que deverão ser suscitadas na defesa a ser apresentada pela Procuradoria da Câmara do Município de Palmas.

Elementos de resposta:

Quanto ao pedido de reconhecimento de relação de emprego, espera-se que o candidato explique que a relação de emprego não ocorreu, uma vez que se trata de atividade meio permitida pela doutrina e jurisprudência **(2,5 pontos)**, assim como não ficou evidenciado no caso em análise relação de pessoalidade e subordinação **(2,5 pontos)**, nos termos da Súmula 331, item III, do TST.

Quanto ao pedido de pagamento das obrigações trabalhistas, espera-se que o candidato explique que neste caso existe uma relação de subsidiariedade (e não de solidariedade) uma vez que não agiu de forma culposa **(5,0 pontos)**, nos termos da Súmula nº 331, item V, do TST.

QUESTÃO 05

Caso hipotético. Os Vereadores do Município de Palmas têm o interesse em apresentar e discutir um projeto de lei que venha a alterar o Plano Diretor da Cidade. Como se trata de um tema de grande relevância local, sobretudo pela comoção social e por existirem conflitos de interesses entre vários grupos sociais e econômicos, o Presidente da Câmara solicita à Procuradoria da casa legislativa um parecer sobre quais os procedimentos que deverão ser garantidos no processo de elaboração, de modo a evitar nulidades e ações judiciais que questionem a legitimidade do futuro projeto de lei que se pretende aprovar. Diante desse caso aponte e explique os elementos que irão fundamentar o parecer jurídico.

Elementos de resposta:

Espera-se que o candidato em sua resposta indique e explique os seguintes itens:

- a) promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade **(3,5 pontos)**.
- b) a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos **(3,0 pontos)**.
- c) o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos **(3,5 pontos)**.

PEÇA PRÁTICA PROFISSIONAL

Caso hipotético. No ano de 2014, por ocasião da Comemoração dos 25 anos de Palmas, a Câmara Municipal realizou um concurso de fotografias com o tema “25 Anos do Poder Legislativo Municipal”. No edital do concurso e no ato da inscrição estavam previstos que os vencedores receberiam um prêmio em dinheiro, mas que em contrapartida cederiam totalmente os direitos de cunho patrimonial acerca da imagem pelo prazo de 05 (cinco) anos. Na categoria “jovem profissional”, Gabriel de Assis recebeu a premiação referente ao 1º lugar. Para receber o prêmio em dinheiro, o vencedor assinou um documento por escrito de cessão dos direitos de cunho patrimonial da fotografia produzida, ratificando os termos do edital e da ficha de inscrição. Em abril de 2018, um jornal de circulação regional publicou matéria sobre uma exposição organizada pela “Galeria Belas Artes Ltda.” e que contará com trabalhos de diversos artistas regionais, inclusive trabalhos do fotógrafo Gabriel de Assis, dentre os quais estará a foto vencedora do referido concurso de 2014. O jornal trouxe ainda a informação de que parte do valor da entrada para o evento será revertido em benefício dos artistas locais, como forma de incentivar a produção artística. Realizada a notificação extrajudicial à “Galeria Belas Artes Ltda.” e a Gabriel de Assis, ambos quedaram-se inertes e o evento anunciado no jornal terá início na próxima semana. Diante desse caso, na qualidade de Procurador da Câmara Municipal, qual a medida judicial pertinente para resguardar os direitos da Casa Legislativa?

QUADRO V – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PEÇA PRÁTICA PROFISSIONAL**I - CONHECIMENTO TÉCNICO:**

- a) **Juízo competente:** Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas **(até 1,00 ponto)**.
- b) **Qualificação do autor e do requerido:** Autor: Câmara Municipal **(até 1,00 ponto)**; Requeridos: Galeria Belas Artes Ltda e Gabriel de Assis **(até 1,0 ponto)**.
- c) **Síntese dos fatos:** O candidato deve narrar que houve uma cessão dos direitos autorais de natureza patrimonial à Câmara Municipal mediante termo escrito, com prazo determinado e com retribuição, assim como existe a possibilidade de fruição da foto pela Galeria e por Gabriel **(até 5,00 pontos)**.
- d) **Fundamentos jurídicos:**
- d.1) fundamentos para o pedido de mérito: o candidato deverá explicar que com a cessão do direito autoral de natureza patrimonial, permitido pelo Art. 49, incisos I e II, da Lei nº 9.610/1996, o domínio patrimonial pertence à Câmara pelo prazo estipulado contratualmente. **(até 6,0 pontos)**.
- d.2) fundamentos para a concessão da tutela de urgência: demonstração da probabilidade do direito **(2,0 pontos)**, demonstração do perigo da demora **(2,0 pontos)** e reversibilidade da medida **(2,0 pontos)**.
- e) **Pedidos:**
- e.1) concessão da tutela provisória de urgência para determinar aos Requeridos a se absterem de exibir a foto, sob pena de multa. **(até 2,5 pontos)**
- e.2) procedência da ação para condenar os Requeridos a se absterem de exibir a fotografia vencedora do concurso na exposição promovida pela galeria Belas Artes Ltda. **(Até 2,5 pontos)**.
- f) **Requerimentos:**
- f.1) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados. **(Até 2,0 pontos)**.
- f.2) a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. **(Até 2,0 pontos)**.
- g) **Estrutura lógica da peça – (Até 5,00 pontos)**.
- h) **Correlação entre os fatos / fundamentos / pedido – (Até 6,00 pontos)**.

II - DOMÍNIO DA LINGUAGEM – (Até 5,00 pontos)**III - CLAREZA E OBJETIVIDADE DA EXPOSIÇÃO - (Até 5,00 pontos)**